

Informação, conhecimento e desenvolvimento

Adelino Torres¹

Este texto integra-se no espírito do colóquio realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian em Março de 2002, cujo tema era *“Informação e Democracia no Contexto Africano”*. A esse propósito, o saudoso Dr. Vítor Sá Machado – para quem a África, onde nasceu, foi sempre uma preocupação, senão uma angústia - escreveu então que uma *“comunicação social livre, democrática e responsável é essencial à formação e exercício da cidadania, constituindo um factor fundamental na construção da democracia e, nessa medida, um instrumento necessário ao desenvolvimento de qualquer sociedade”*, pelo que a Fundação Gulbenkian se *“encontra a desenvolver um programa de formação de jornalistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe”*².

Ao reduzir a escrito alguns dos tópicos que então apresentei oralmente em público, defendo as ideias de uma comunicação social livre, ao serviço da transmissão de conhecimento, da cidadania e da democracia, que considero inseparáveis do desenvolvimento propriamente dito.

Os trabalhos do colóquio dirigiram-se sobretudo a jovens jornalistas dos cinco PALOP de regresso aos seus países para aí exercerem uma profissão exigente nos planos técnico e cultural, onde o elemento ético é determinante. Este último, sobretudo, implica responsabilidades consideráveis: não só isenção e autonomia para pensar livremente, mas também inteligência e coragem para escrever dentro ou fora de parâmetros que delimitam (ou limitam) a sua missão. Para a levar a cabo será ainda necessária uma formação continuamente renovada por leituras, encontros e experiências, e uma força de ânimo individual que as circunstâncias porão inevitavelmente à prova. Árdua tarefa que recai sobre os seus ombros.

Evoco neste texto, de maneira necessariamente breve, um punhado de questões entre muitas outras com que irão defrontar-se ao longo do exercício da sua actividade num ambiente nem sempre favorável: políticas, culturais e económicas, sobre as quais serão chamados a pronunciar-se em nome da dignidade de uma profissão singular cuja importância se mede unicamente pela valia dos próprios objectivos e pela transparência dos meios usados para esse fim.

¹ Universidade Técnica de Lisboa/ISEG. Comunicação apresentada na Fundação Gulbenkian em Março de 2002



Desde finais da década de 70, o continente africano atravessa uma crise económica e social de grandes proporções sem que se antevejam, de momento, caminhos que apontem para um desenvolvimento que corresponda a necessidades sociais e a esperanças legítimas das populações.

Com o encerramento da guerra fria no final da década de 80, julgou-se, durante um momento, que seriam libertados recursos até então consagrados à corrida ao armamento e que novos meios financeiros iriam colmatar desigualdades entre o Norte e o Sul. Ao mesmo tempo, apostando numa maior intervenção da sociedade civil, na liberalização das economias e na globalização, os anos 90 do século findo prometiam abrir novas oportunidades de progresso de que resultaria uma melhor redistribuição do rendimento mundial com mais justiça para os países em desenvolvimento e, em particular, para África.

Ao observar a situação do continente africano em 2002 há que reconhecer que essas esperanças não foram cumpridas.

Ao lado de factores positivos como o fim da guerra em Angola, as promessas de uma nova União Africana apostada em realizar o velho sonho panafricano em bases que se pretendem mais coerentes do que as da fracassada OUA, os esforços de construção nacional e de integração regional, o enorme potencial de juventude de que o continente beneficia, há também zonas de sombra: dívida externa esmagadora, economias pouco diversificadas e exangues, incerteza do futuro político, ao mesmo tempo que o desnível com os países industrializados aumenta, as endemias perduram e a integração na economia mundial encontra obstáculos sucessivos.

No projecto de desenvolvimento para África, entendendo aqui o termo “desenvolvimento” na sua acepção mais ampla, abrangendo não apenas a economia mas igualmente as outras vertentes sociais, culturais, políticas, etc., uma das questões centrais que se colocam é a de saber se a informação e a comunicação podem contribuir para a solução dos problemas que se deparam ao continente. A resposta parece óbvia quanto à importância do vector da comunicação, nomeadamente a que releva do jornalismo. Nesse âmbito, a formação de novos e jovens jornalistas pode

² Cf. Carta do Dr. Vítor Sá Machado ao autor em 15 de Fevereiro de 2002.

corresponder, sem dúvida, à colocação de mais uma pedra nos alicerces do edifício do desenvolvimento.

Não obstante, é indispensável determinar previamente quais são os objectivos da sua tarefa de jornalistas, antes mesmo de avaliar os recursos de que poderão dispor ou os meios a pôr em prática, se entendermos que a *informação* é tão somente um *meio* ao serviço de um objectivo: a comunicação que favorece o *conhecimento*, o qual, por sua vez, é condição *sine qua non* para a acção, ou seja para o próprio desenvolvimento.

A necessidade de, preliminarmente, repensar a *comunicação* é tanto mais indispensável quanto se verifica hoje em dia um desnível pronunciado entre os meios tecnológicos disponíveis e a capacidade em compreender os acontecimentos. De facto, como refere Wolton³, apreender a cada instante o “tempo que corre” exige a capacidade de distinguir o essencial do secundário, de ir ao âmago das ideias e seu significado e de formular sínteses para as explicar a “públicos invisíveis”.

Essa missão é apaixonante mas, creio, bem mais difícil do que outrora. Certos autores não hesitam mesmo em considerar que quanto mais fácil (tecnicamente) é fazer informação, maiores dificuldades coloca o seu conteúdo, em particular porque aquilo que se ganha em capacidade técnica perde-se em significação perante pelo menos dois obstáculos: a dificuldade do jornalista em preservar uma certa alteridade na maneira de ver a realidade e os outros, e o embaraço em resistir à lógica comunicacional. Os jornalistas defrontam aqui o problema de uma comunicação social que nivela as diferenças e suprime a distância face ao acontecimento. É certo que tal dificuldade não diz apenas respeito a estes profissionais, mas a todos aqueles que intervêm no espaço público. Parece-me, não obstante, que são os jornalistas que de maneira mais directa e constante têm que canalizar o fluxo das mensagens entre o emissor e o receptor, com a responsabilidade acrescida de assegurar a sua descodificação. De facto, não há “teoria da comunicação” sem uma teoria, implícita ou explícita, da sociedade⁴.

Ademais, a profissão defronta-se, hoje em dia, com pelo menos três limitações: os constrangimentos económicos, os limites da técnica e obstáculos políticos, os quais têm particular acuidade em África.

³ Cf. Dominique Wolton, *Penser la communication*, Paris, Flammarion, 1997.

⁴ Cf. Dominique Wolton, *Internet et après? – Une théorie critique des nouveaux médias*, Paris, Flammarion, 2000: 18.

Mas enquanto a atenção é muitas vezes concentrada exclusivamente em factores políticos, nomeadamente para questão da liberdade de imprensa como indicador da liberdade política, corre-se o risco de ignorar, ao mesmo tempo, os constrangimentos económicos. Um tal leitura é susceptível de esconder armadilhas, na medida em que a lógica económica, cujos efeitos são menos perceptíveis de imediato, pode conduzir a situações ainda mais ameaçadoras para a liberdade de imprensa.

A luta dos jornalistas para preservar o seu espaço próprio sem intervenções exteriores, é tanto mais difícil quanto a sua posição em defesa de princípios relacionados com uma legítima lógica individualista, pode ter uma tradução enviesada (que o poder económico utiliza facilmente) de uma alegada “defesa de corporativismo estreito”, o que esvazia a luta pela liberdade de consciência e de expressão, essencial ao quadro democrático. Ora é essencial não esquecer que a *comunicação* é hoje um conceito do mesmo nível e da mesma importância no sistema de valores ocidentais que os da liberdade e igualdade⁵.

É sabido que, nos países desenvolvidos durante os últimos 30 anos, o meio jornalístico foi mais desestabilizado pela lógica económica do que pela pressão política. E se, na África contemporânea, tem sido esta última que predomina, os sinais anunciadores da primeira já estão igualmente presentes.

Por seu turno, a técnica eliminou a distância entre o acontecimento e a informação. A “aldeia global” é uma realidade técnica mas é também uma ilusão uma vez que, existindo uma “*mundialização da informação*”, não há todavia um “*receptor mundializado*” devido, em parte, à diversidade de culturas e de formas de acesso à informação. Se é certo que o progresso da técnica acelerou o circuito da informação da fonte para o público, a verdade é que não foi acompanhado por um concomitante progresso no conhecimento susceptível de descodificar universalmente essa informação.

O obstáculo político, enfim, revela-se em particular na relação frequentemente ambígua do jornalista com o poder. Nos países em desenvolvimento onde as possibilidades de mobilidade social vertical são pouco diversificadas e demasiadamente dependentes não só do Estado, mas também de pertenças étnicas, partidárias ou regionais, essa ambiguidade é ainda mais acentuada.

⁵ Cf. D. Wolton, *Internet et après?*, op. cit.: 20.

Uma outra dificuldade que se coloca na definição dos conceitos a utilizar na análise desta problemática é a distinção entre *informação*, *comunicação* e *conhecimento*.

A *informação* é unívoca, faz-se, digamos, por “duplicação” (recurso técnico) e pertence à esfera da transmissão. Porém a abundância da informação e das interacções daí resultantes não chegam para criar comunicação. A *comunicação* é uma relação biunívoca, fundamentalmente intersubjectiva que se enraíza na experiência singular dos interlocutores e na experiência colectiva posta em comum⁶. O *conhecimento*, por fim, integra os dois conceitos precedentes e processa-se por “aprendizagem” (recurso cognitivo)⁷. Podemos dizer, em síntese: a economia do conhecimento engloba as economias da informação e da comunicação.

A acção jornalística deve não só atender à diferença entre os três modos de reprodução, mas também à verdadeira natureza e gradação das formas de “*conhecimento*” nas populações a quem se dirige.

Efectivamente, considera-se usualmente que só certos agentes, instituições ou sectores são especializados na produção de conhecimento (universidades, gabinetes de estudo, laboratórios de I&D, etc.), excluindo portanto as actividades de outros agentes que não são considerados como fazendo parte da “economia do conhecimento”. É assim que iniciativas engenhosas – por vezes muito criativas - concebidas na “economia informal” que em certos países africanos permitiram que as sociedades não se afundassem no caos económico e social (Angola, Moçambique), foram menosprezadas pelos poderes públicos e ignoradas pelos meios de comunicação.

No entanto a I&D só apreende uma pequena parte das actividades de inovação e da produção de *saberes*.

Efectivamente, qualquer actividade de produção ou de uso de um bem ou serviço, pode dar lugar à aprendizagem e, desde logo, à produção de conhecimento (*learning by doing*, por exemplo). Hoje em dia já se admite que os processos de aprendizagem ocupam um lugar proeminente no conhecimento e, evidentemente, também na *economia do conhecimento*. O problema reside sobretudo na *medida* do conhecimento gerado por essa aprendizagem. E como é árduo (quando não

⁶ Vd. Adriano Duarte Rodrigues, *Comunicação e cultura – A experiência cultural na era da informação*, Lisboa, Presença, 1999: 27.

⁷ Dominique Foray, *L'économie de la connaissance*, Paris, La Découverte, 2000.

impossível) medi-lo quantitativamente, torna-se difícil integrá-lo em modelos econométricos com algum grau de fiabilidade.

Não basta definir um sector especializado, como o fez Machlup⁸, considerando as actividades de produção do conhecimento e medindo a sua contribuição para o PNB. Nesse capítulo a abordagem de Eliasson é preferível, ao considerar que a produção do conhecimento e tratamento da informação estão em todas as actividades económicas, incluindo sectores de fraca intensidade tecnológica, o que parece uma visão mais exacta no que concerne a realidade dos países em desenvolvimento, mas que, evidentemente, coloca problemas ainda maiores quanto à sua apreciação estatística.

Por exemplo, há boas razões para pensar que, na Educação, a parte da economia do conhecimento que se ignora é, em certas circunstâncias, tanto ou mais importante (caso dos inventores autodidactas) do que aquela que se reconhece quando se considera apenas os graus ou diplomas em si.

Por outro lado, sendo certo que o sistema decorrente do sistema educativo dá origem ao progresso técnico, este não basta para melhorar a compreensão entre os homens. Se fosse uma condição suficiente, o século XX teria oferecido a prova, pois o progresso representado por inovações como o telefone, a rádio, a televisão e depois a informática, não impediram que o século XX tenha sido marcado pelos piores conflitos dos tempos modernos⁹.

Desde logo, o significado, alcance e meios de acção dos *médias* exigem do jornalista uma atenção particular num quadro rigoroso de objectivos, de critérios de referência e racionalização que permitam distinguir o “essencial do secundário”, como se disse acima, recusando os “*relativismos*” sob pretexto de um critério redutor dito de “especificidade das culturas”.

A “sociedade tradicional” é outra noção que – especialmente em África – requer análise atenta, pois tem aspectos positivos e negativos que não se compadecem posições extremas. Ela não é necessariamente nem uma noção obsoleta que deva ser abandonada a qualquer preço, nem um critério de referência intocável. Como escrevia K. Popper, “as tradições têm a importante função dupla de não só criar uma certa ordem ou estrutura social, mas também de nos dar algo para criticar e alterar”. Numa

⁸ Citado por Foray 2000. Vd. F. Machlup, *Knowledge, its creation, distribution and economic significance*, Princeton University Press, 1984, vol. III

⁹ Vd. D. Wolton, *Internet et après?*, *op. cit.*: IV.

palavra: “a vida social exige a tradição”, com a condição de a colocar numa perspectiva racionalista de mudança e de tolerância¹⁰.

A relação entre a tradição e a modernidade é “uma relação tensional, não só porque não se pode conceber uma sem a outra, mas sobretudo porque, a montante e a jusante da modernidade, encontramos sempre e inevitavelmente a tradição”¹¹.

Julgo, no entanto, que com todas as diferenças históricas, este problema talvez não se coloque à África de uma maneira radicalmente distinta da que a Europa conheceu.

A esse propósito, Diogo Pires Aurélio nota que “(...) que ao reagir contra a *Aufklärung*¹², o pensamento romântico será tentado a ratificar o irracional e a autoridade da tradição como único esteio legitimador das instituições, sem se dar conta, como observa (...) Gadamer, da simetria que há entre esse seu voluntarismo de preservar o passado e o voluntarismo das Luzes em o criticar. Pôr em abstracto qualquer destes pólos é, por um lado, não reparar no lastro de tradições, “legítimas e ilegítimas”, em que se escora o mais simples gesto, e esquecer, por outro lado, a opção racional e livre inerente à vontade de reabilitar o irracional sedimentado nos costumes e nas tradições”¹³.

Num outro plano, também muitos dos problemas da África de hoje, sobretudo os de cariz político e económico, nem sempre são tão *sui generis* e unilaterais como alguns pensaram. Por exemplo as dificuldades do desenvolvimento não provêm exclusivamente dos condicionalismos externos (e.g. teorias da dependência) mas estão de certo modo estão na confluência do *interno* e do *externo*. Quase meio século depois das primeiras independências, é tempo que os jornalistas (especialmente estes) façam essa releitura e descodifiquem retóricas antiquadas a exemplo de alguns intelectuais africanos e afro-americanos, sem concessões a nacionalismos obsoletos ou a afrocentrismos suspeitos que apenas apontam para o retrocesso.

Isto leva-nos por arrastamento ao problema da inter-relação entre dois conceitos – “desenvolvimento” e “cultura” – o qual impõe uma abordagem

¹⁰ K. Popper, *Conjecturas e refutações*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 4ª ed. 1972.

¹¹ Cf. Adriano Duarte Rodrigues, *Comunicação e cultura*, op. cit.: 82-83.

¹² Sobre a *Aufklärung*, ou o Iluminismo alemão, pode ver-se em particular: Gárrard Raulet (Textes et commentaires par), *Aufklärung – Les Lumières allemandes*, Paris, Flammarion, 1995, 507 p. (“coll. GF-Flammarion” nº 793).

¹³ Diogo Pires Aurélio, *Um fio de nada – Ensaio sobre a tolerância*, Lisboa, Cosmos, 1997: 127.

interdisciplinar, que não pode ficar limitada pela visão ou especialidade do interveniente na medida em que se inscreve num “contexto de complexidade”¹⁴.

Do ponto de vista da Economia propriamente dita¹⁵ a apreensão do tema do desenvolvimento não é linear, quer porque encerra soluções contraditórias, quer porque está condicionada pelas “escolas de pensamento” a que os autores pertencem ou pelas teorias do conhecimento em que a sua formação ou prática profissional se inscrevem. É assim que as problemáticas podem ser analisadas do ponto de vista da ortodoxia económica (*neoclássica*) ou segundo o ângulo de visão da economia heterodoxa (grosso modo: *interdisciplinar*). E, dentro de cada uma destas perspectivas, temos que contar ainda com divergências, rupturas ou orientações doutrinárias distintas.

Direi, no entanto, que adopto aqui uma orientação heterodoxa cujas fontes teóricas estão mais próximas de autores como Albert Hirschman ou Amartya Sen, ou ainda, no plano filosófico, de Karl Popper, do que de autores do *mainstream* académico (neoliberal) que, em economia, parecem acalentar ambições de cientificidade sobre cujo alcance há fortes dúvidas.

Em certa medida, a razão desta escolha vem igualmente do pressuposto segundo o qual, hoje mais do que nunca, nenhuma disciplina pode, por si só, apreender a *complexidade* em todos os planos da vida social ou da natureza. Tanto mais que, nesta era da “globalização”, as descobertas científicas e inovações tecnológicas das últimas décadas especializaram profundamente os saberes, compartimentando-os e pondo-os fora do alcance do cidadão não “especialista” que está a perder o controlo da sua apreensão contextualizada. A próxima revolução tecnológica, a das biotecnologias, irá agravar consideravelmente esta *complexificação*, em particular quanto ao divórcio entre o cívico e o tecno-científico que anuncia novos perigos de *cientismo*¹⁶, incluindo no âmbito do movimento democrático pois, como observa Edgar Morin, “quanto mais a política se torna técnica, mais a competência democrática regride”, o que começa a verificar-se, tudo indicando que o regime democrático está a transformar-se num “regime de peritos”, criando uma nova fractura social entre a “nova classe” de peritos e os cidadãos. O mesmo processo, que

¹⁴ Edgar Morin, *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*, Paris, Seuil, 2000.

¹⁵ Nas páginas seguintes utilizo parte de um texto inédito que defendi há algum tempo num debate promovido pela FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa.

¹⁶ Vd. André Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, Paris, PUF: verbete *Scientisme*.

já está em marcha “no acesso às novas tecnologias de comunicação entre países ricos e países pobres”, vai redobrar de intensidade com a nova revolução tecnológica das biotecnologias que se afirma rapidamente.

Todavia, é de crer que a economia “ortodoxa” estará mal preparada para abordar a interdisciplinaridade. A aplicação *mecanicista* de raciocínios económicos (e dos respectivos modelos matematizados) às mais diversas questões sociais (e.g. Gary Becker) reduz, em geral, o método científico a uma função de resolução de *micro enigmas* (“*puzzles*”) mas que falha no objectivo fundamental da ciência que é de equacionar *problemas* ou, para utilizar as palavras de K. Popper, de passar de “problemas velhos a problemas novos”.

Edgar Morin, escreve, referindo-se à economia neoclássica, que ela “é a ciência social matematicamente mais avançada, (mas é ao mesmo tempo) a ciência socialmente e humanamente mais atrasada, porque se abstrai das condições sociais, históricas, políticas, psicológicas, ecológicas, inseparáveis das actividades económicas”¹⁷

Acrescento que este “atraso” – no que se refere à tendência em causa e não a todas as vertentes da Economia - se agravou em relação à grande tradição clássica¹⁸... Um dos seus fundamentos é o “*individualismo metodológico*” que reenvia à imagem do *indivíduo* instituindo racionalmente a sociedade e preconizando uma liberdade conforme ao mundo moderno *des-sacralizado*. Fazendo desaparecer qualquer outro valor para além do *Eu*, esse individualismo assimila a liberdade à independência do sujeito. Contraditoriamente porém, essa liberdade desencarnada e *per se*, fruto do individualismo metodológico, anula a possibilidade do sujeito pensar a sua própria autonomia se não dispuser das condições mínimas de subsistência e de justiça¹⁹. O “individualismo metodológico” privado do contexto social é, desde logo, um conceito auto-reflexivo e metafísico. Legítimo sem dúvida, mas cientificamente “infalsificável” no sentido popperiano, explicando tudo e por consequência nada.

¹⁷ Cf. Morin 2000, *ibidem*.

¹⁸ Por exemplo, em relação a autores como Adam Smith, demasiadas vezes mal lido e pior compreendido, Malthus, Sismondi, etc., ou mesmo em relação a certos “neoclássicos” como Alfred Marshall ou Léon Walras, se se ler atentamente as principais obras e não apenas certas passagens tiradas do seu contexto. Por exemplo, no caso deste último, o único livro praticamente citado é o seu *Elementos de economia política* (teoria da riqueza social), ignorando-se que faz parte de um tríptico constituído igualmente pelo *Estudos de economia social* (teoria da repartição) e pelo *Estudos de economia política aplicada* (teoria da produção), obras que o autor considerava complementares e mesmo inseparáveis.

¹⁹ Vd. John Rawls, *Uma teoria da justiça*, trad. port., Lisboa, Presença, 1993.

Quanto ao recurso à quantificação ou, mais precisamente, aos modelos e linguagem das matemáticas, não se trata, bem entendido, de contestar a importância destas e de outros meios técnico-científicos que se admite serem ferramentas importantes na análise teórica e empírica. É sem dúvida verdade, como escreveu Ernst Cassirer, que as ideias da matemática permitiram lançar uma ponte entre o *inteligível* e o *sensível*, “o que não tinham podido fazer nem a ciência nem a filosofia antigas”²⁰ e que elas desempenharão no futuro um papel nevrálgico para o conhecimento. Lembra-se que a revolução científica do século XVII transformou a matemática num instrumento essencial para agir sobre a natureza e fazer-nos compreender as estruturas do real, substituindo a analogia mecânica pela analogia matemática através de uma modelização que renuncia à imagem unificada da natureza²¹. Dito de outro modo, a questão não está na matemática em si, mas no processo de subordinação/redução de todas as ciências (incluindo as ciências sociais e humanas) aos seus axiomas e modelos de verificabilidade bem como à sua metodologia, atitude que nasceu na primeira metade do século XX, começando assim o que F. Hayek chamou “a tirania que os métodos e as técnicas das Ciências, no sentido estreito do termo, nunca mais deixaram desde então de exercer sobre as outras disciplinas. Estas preocuparam-se cada vez mais em reivindicar a igualdade de estatuto, mostrando que adoptavam os mesmos métodos que as suas irmãs cujo sucesso era tão brilhante, em vez de adaptar os seus métodos aos seus próprios problemas”²². Parafraseando Dominique Terré²³, nesse processo as problemáticas acabam por ficar dissolvidas num sistema de deduções abstractas pelas quais o modelo, tomando uma autonomia indevida, se destaca progressivamente do seu domínio de objectos.

É duvidoso que esta tendência para uma abstracção cada vez mais desligada do real responda satisfatoriamente, no século XXI, às necessidades de desenvolvimento dos países do Sul...

No que concerne a “cultura” - o termo “*cultura*” é aqui utilizado sem grande preocupação de rigor, mas apenas num sentido lato, resultando da conjugação de múltiplos aspectos da actividade social, política, económica, etc., ou seja, societal - observa-se que é no campo da antropologia que este conceito tem tido o mais largo uso segundo a definição de E.B. Tylor em 1871, para quem a cultura era “um todo

²⁰ Ernst Cassirer, *Logique des sciences de la culture*, Paris, Cerf, 1991: 81

²¹ Ver Giorgio Israel, *La mathématisation du réel*, Paris, Seuil, 1996.

²² Friedrich Von Hayek, *The Counter-Revolution of Science*, Indianapolis, Liberty Fund, 1979: 20-21.

complexo, que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”. R. Linton considerava-a em 1940 como “a soma de conhecimentos, atitudes e dos modelos habituais de comportamentos que os membros de uma sociedade particular têm em comum e transmitem”. Do mesmo modo M.J. Herskovits (1949) escrevia que “a cultura é essa parte do meio que é feita pelo homem”²⁴.

Nestas acepções a cultura engloba a economia e, com ela, os processos inerentes ao “desenvolvimento económico” propriamente dito tal como o concebemos modernamente, quer dizer muito mais abrangente e integrado do que o conceito tradicional de “crescimento económico” em vigor nos anos posteriores à 2ª guerra mundial.

No âmbito africano actual o conceito de cultura continua a ser alvo de controvérsias na medida em que a sua carga política (e psicológica) é mais intensa em nações ainda pouco seguras de si. O filósofo Emevwo Baikolo (Botswana) argumenta que a base da construção da África “em termos de distinções entre selvagem/civilizado, pré-lógico/lógico, oral/escrito, mágico/científico não passa de uma convenção etnocêntrica europeia”²⁵, o que questiona o sentido do conceito de cultura (ou de construções culturais) no debate que sobre esta matéria se faz em África. Temática que arrasta consigo a ideia da “*especificidade cultural*” do continente, a qual exerceu um papel influente nas políticas de desenvolvimento aplicadas depois das independências e que, pelos vistos, continua a ser nuclear no pensamento africano. Se, na óptica das estratégias de desenvolvimento concebidas nas países do Norte, a “especificidade” das culturas como vector explicativo fundamental do desenvolvimento já não se coloca hoje com a mesma intensidade, ou é simplesmente ignorada em benefício de um certo “universalismo” conceptual, nos países do Sul a ideia permanece viva.

Como interpretar essa diferença?

²³ Dominique Terré, *As derivas da argumentação científica*, trad. port., Lisboa, Piaget, 2000.

²⁴ Cf. Paul Mercier, “Anthropologie sociale et culturelle” in Jean Poirier (Sous la direction de), *Ethnologie Générale*, Paris, Gallimard, Encyclopédie de la Pléiade, 1968, p. 906. A definição de Edward-Burnett Tylor é igualmente referida numa obra recente e bem informada de António Teixeira Fernandes, *Para uma sociologia da Cultura*, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 13, que desenvolve esta questão.

²⁵ E. Baikolo, “Categories of Cross-cultural Cognition and the African Condition”, in P.H. Coetzee and A.P.J. Roux (Edited by), *The African Philosophy Reader*, Londres, Routledge, 1998: 1-14.

É insuficiente limitar-se a catalogar a preocupação africana como uma forma de “provincialismo” ou uma retórica de circunstância. Existem de facto “especificidades”, mas isso nada tem de excepcional em relação a outras regiões do mundo, incluindo no Norte. A questão é saber se elas são ou não impeditivas do que se convencionou chamar *modernidade*, e, em caso de conclusão negativa, quais são as suas potencialidade e limites. O que pressupõe pelo menos uma “*desconstrução*” (para utilizar um conceito na moda) das utopias que caracterizaram as décadas pós-independência. Ora essa análise ainda está, no essencial, por fazer e são poucos os autores africanos que, sem ceder às facilidades do discurso “terceiro-mundista”, encetaram um rigoroso trabalho de crítica das políticas internas seguidas desde então²⁶.

Steve Biko, autor sul-africano falecido em 1977, dizia que “um dos aspectos fundamentais da nossa cultura (africana) é a importância que atribuímos ao homem. A nossa sociedade foi sempre centrada no homem”²⁷, optimismo de raiz senhoria que continua a ser firmemente partilhado por muitos intelectuais africanos contemporâneos.

Mesmo sem pretender discutir esta asserção cujo rigor epistemológico levanta diversos problemas (de que “cultura” se fala? Que resulta do conceito quando colocado na intersecção do “político”, do “económico” e do “psicológico”? Como se revelam nesse conceito, demasiado vasto, as assimetrias inevitáveis? etc.), não deixa de ser surpreendente que essa concepção ontológica²⁸ se mantenha inalterável depois do holocausto do Rwanda...

A tese de um humanismo africano, distinto do resto da humanidade, afigura-se pouco consistente. O humanismo existe, mas não se vê claramente em que é que ele é singular no plano filosófico²⁹. Aliás é bem difícil encontrar réstia desse humanismo

²⁶ Entre os quais a camaronesa Axelle Kabou, *Et si l'Afrique refusait le développement?*, Paris, L'Harmattan, 1991; e mais recentemente o ganês George B.N. Ayittey, *Africa in Chaos*, Londres, Macmillan, 1999. Não me refiro aos numerosos autores europeus ou norte-americanos.

²⁷ Steve Biko, “Some African Cultural concepts, in Coetzee and Roux, 1998, *op. cit.*: 26.

²⁸ A filosofia africana contemporânea levanta no entanto problemas que têm suscitado vivos debates. Ver por exemplo Segun Gbadegesin, “Current trends and perspectives in African philosophy”, e igualmente D.A. Masolo, “African philosophy: an historical overview” in: Eliot Deutsch and Ron Bontekoe (Ed. By), *A Companion to World Philosophies*, Oxford, Blackwell, 1999; Jean-Godefroy Bidima, *La philosophie négro-africaine*, Paris, PUF, 1995; Jean Godefroy Bidima, *Théorie critique et modernité négro-africaine – De l'École de Francfort à la “Doctas africanas”*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1993..

²⁹ Ver eventualmente: Marco Martiniello, *L'éthnicité dans les sciences sociales contemporaines*, Paris, PUF, 1995; Jean-Loup Amselle et Elikia M'Bokolo, *Ethnie, tribalisme et État en Afrique*,

“centrado no homem” no tratamento que tantos Estados africanos – seja qual for a sua orientação política – têm sistematicamente infligido às populações nestes últimos quarenta anos pós-independências³⁰.

A explicação talvez possa ser procurada, em parte pelo menos, no desfasamento entre o social e o político. Esta hipótese postula a existência de uma espécie de corte epistemológico entre a “*identidade social comunitária*” e a “*identidade política comunitária*”.

A “identidade social” resultaria de um modo de vida partilhado pelos membros da comunidade durante um longo período de tempo, formando um todo cultural integrado onde os indivíduos mantêm uma relação dialógica que proporciona (e deriva de) um ambiente interactivo no qual as identidades são actualizadas.

A “identidade política” exprimir-se-ia nas formas características de organização institucional, as quais conduzem por diversos meios ao exercício do poder político e, por via deste meio privilegiado de ascensão, à conquista do poder económico.

Em termos ideais a “identidade política” deveria reflectir a “identidade social” comunitária ou, pelo menos, ser influenciada por normas e práticas costumeiras de sistemas de valores tradicionais.

Todavia, a relação de (inter)dependência entre a “identidade social” e a “identidade política” resiste dificilmente aos condicionalismos de uma “modernidade” mal definida, veiculada por um sistema económico mundial de mercado³¹.

A violência da ruptura é tanto maior quanto mais acentuado for o hiato entre o modelo que se pretende implantar a nível nacional e a falta de recursos institucionais a ele adequados (qualificação dos homens, organização administrativa e política, “sentido de Estado”, *know how* técnico, etc.).

Paris, La Découverte, 1999; Jean-Loup Amselle, *Logiques métisses*, Paris, Payot, 1999; Charles Taylor, *Multiculturalism and “the Politics of Recognition”*, Princeton, Princeton University Press, 1992. E também: José Carlos Venâncio, “Mestiços em África: mediadores culturais naturais”, in Loureiro & Gruzinski (Coord), *Passar as fronteiras*, Lagos, 1999.

³⁰ Vd. Georges Balandier, “Violences africaines”, *Le Monde*, Paris, 2 de Abril de 1999; B. Jewsiewicki (sous la direction de), “Disciplines et déchirures: Les formes de la violence”, nº especial de *Cahiers d’Études Africaines*, nº 150-152, 1999.

³¹ Na visão tecno-económica a “sociedade tradicional” passa a ser vista como um obstáculo à modernidade que urge eliminar. Essa concepção tecnocrática e preconceituosa da “tradição” é, se levada ao extremo, um factor de “aculturação” ou melhor de “destruturação” cultural com consequências irreparáveis, como K. Popper justamente assinalou. Vd. Karl Popper, *Conjecturas e Refutações*, Trad. port., Brasília, 4ª ed. 1972.

Desde logo, se a máquina administrativa e económica não funciona, ela não pode gerar riqueza senão por meios irregulares ou ilícitos. Estes últimos, em particular, nomeadamente nas esferas de decisão, só estão ao alcance dos que têm poder político para recorrer a eles com relativa impunidade. Esta circularidade engendra a corrupção e o inevitável nepotismo, consumando a ruptura entre a “identidade política” de grupos minoritários e a “identidade social” da maioria da população. Para os primeiros os “valores tradicionais” tornam-se tão somente figuras de retórica sem outra utilidade que não seja precisamente de manter o poder, o qual preserva e alimenta, por seu turno, o circuito de reprodução artificial das “elites”

Num outro plano, é insuficiente acusar a “globalização” e o seu pretendido efeito “dissolvente” (aculturação, declínio de identidade das nações, etc.) ao mesmo tempo que se perde de vista que a mesma “globalização” tem um efeito *reactivo* que destaca – por vezes violentamente – os particularismos locais de ordem religiosa, étnica, política, ou outra. Sem contar que a “globalização” tem em si os ingredientes de um “universalismo planetário” cujas vantagens são óbvias se, bem entendido, essa globalização for regulada de modo a evitar os efeitos de um “*liberalismo económico selvagem*”, o que pressupõe a existência de instituições supra-nacionais sob efectivo controlo democrático multinacional. O facto de ainda estarmos longe dessa fase não refuta nem inviabiliza a consistência da hipótese.

Em qualquer caso os efeitos da “globalização” podem ser positivos ou negativos conforme as circunstâncias em que eclodem bem como o seu controlo, intensidade e objectivos – revelando portanto que a univocidade da análise apenas *mitifica* ou, se se quiser, esvazia o sentido do conceito...

Sem ignorar a pertinência do assunto, creio não obstante que o verdadeiro problema se situa a um outro nível.

A meu ver, os impasses do debate sobre a crise africana residem mormente no facto de não ter havido ainda uma reflexão crítica suficientemente elaborada pelas entidades africanas – políticos ou intelectuais - sobre a sua própria actuação política, económica e social da independência aos nossos dias. Por outras palavras não se assistiu até agora a uma *desconstrução* rigorosa das utopias que caracterizaram esse período ...

É certo que não se pode esperar muito de uma classe política – com as devidas excepções entre as quais sobressaem Léopold Senghor ou Nelson Mandela – cujas

características são, segundo a expressão de Georges Balandier, as de um “totalitarismo tropical”³².

Mas se os intelectuais africanos – entre os quais os jornalistas - pretendem, como é seu direito (e dever), reivindicar a condição de intelectuais, então devem assumir a postura ética que ela pressupõe. Caucionar, com complacência, retóricas de desculpabilização que relegam sistematicamente no “*outro*” as causas de erros próprios, não parece ser compatível com o estatuto de autonomia e a preocupação de rigor e verdade que deveriam justamente caracterizar o seu “*ofício*”. É que, dizia Jeanne Hersch, “se esquece frequentemente que o sentido do verdadeiro é ele mesmo moral. É o que explica porque é que a raiz da ciência – e também da nossa ciência moderna – é moral por essência”³³.

Para merecer esse “estatuto” (sem dúvida modesto, mas iniludível e exigente) eles deveriam combater as certezas doutrinárias, dogmáticas e intolerantes, que têm gerado as piores ilusões e obrigado a razão a regredir em delírios que se mascaram com a *razão histórica*, não caucionando pelo silêncio ou cumplicidade activa gravíssimas situações que os desqualificam e reduzem a bem pouca coisa o seu humanismo e até a sua humanidade. No entanto, é justo assinalar várias vozes que nos chegam da África profunda ou do exílio, que desempenham já esse papel com rigor e não sem coragem, como, por exemplo, Axelle Kabou, Célestin Monga, Daniel Etounga Manguelle, V. Y. Mudimbe ou de escritores como Ahmadou Kourouma³⁴, sem falar de nomes mais conhecidos entre os quais o de Samir Amin³⁵, sejam quais forem as discordâncias que temos com algumas das suas teses.

O “desenvolvimento” é um conceito com uma aplicação mais lata do que é ainda admitido mercê de um entendimento ultrapassado . É evidente que ele não tem apenas a ver com os países ditos “em desenvolvimento”, mas com todas as regiões do mundo (incluindo a Europa), ainda que estas estejam em estádios diferentes e enfrentem problemas distintos.

³² Cf. Georges Balandier, *Le dédale: Pour en finir avec le Xxe siècle*, Paris, Fayard, 1994, p. 15.

³³ Cf. Jeanne Hersch, *L'étonnement philosophique*, Paris, Gallimard, 1999, p. 31

³⁴ Axelle Kabou, *Et si l'Afrique refusait le développement?*, Op. cit.; Célestin Monga, *Anthropologie de la colère: Société civile et démocratie en Afrique Noire*, Paris, L'Harmattan, 1994; Daniel Etounga Manguelle, *L'Afrique a-t-elle besoin d'un programme d'ajustement culturel?*, Paris, Éditions du Sud, 5e éd. 1993; V.Y. Mudimbe, *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*, Londres, James Currey, 1988; Ahmadou Kourouma, *Allah n'est pas obligé*, Paris, Seuil, 2000.

A seguir à segunda guerra mundial julgou-se, durante um momento, que o simples crescimento económico resolveria os problemas dos países subdesenvolvidos conforme as teorias em torno da acumulação e dos modelos keynesianos de Harrod e Domar, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Gunnar Myrdal e outros.

Aquando das independências, nos anos 60, a controvérsia assumiu um conteúdo mais político com as teorias *terceiro-mundistas* que reproduziam no terreno as tensões da guerra fria. A queda do muro de Berlim em 1989 veio, em certo sentido, clarificar ambiguidades e pôr um termo a retóricas há muito sem conteúdo.

Com esta brevíssima resenha pretendo apenas assinalar, para fixar ideias, a periodicidade de ciclos e não debater as teorias que lhes serviam de fundamento, o que exigiria um outro trabalho. Creio que importa sobretudo saber, no contexto que a África atravessa, quais são as perspectivas de desenvolvimento dos países africanos e de que modo esse “desenvolvimento” se pode correlacionar com a “cultura”, instrumento por excelência do jornalismo de qualidade.

Os países africanos defrontam actualmente grandes dificuldades e o seu futuro imediato e a médio prazo afigura-se seriamente comprometido. Esta situação agudiza-se com o desinteresse que o mundo ocidental tem vindo a mostrar, nomeadamente a Europa, pelos destinos africanos como está patente na diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento e, sobretudo, da insuficiente abertura dos mercados do Norte aos produtos dos países do Sul, nomeadamente africanos.

Os sinais de alarme avolumam-se de facto: dívida externa praticamente não reembolsável, queda do investimento directo estrangeiro, falência técnica dos Estados, má governação, guerras civis, falta de integração dos mercados regionais e até nacionais, ausência de democracia interna, etc.

Para dar apenas dois exemplos, a parte da África no total dos fluxos líquidos de capitais destinados aos países em desenvolvimento não parou de decrescer desde os anos 80, passando de 27 % em 1980 a 17 % em 1990 e atingindo menos de 8 % em 1996. Sem contar que a repartição desses investimentos no continente é muito desigual: só a Nigéria obtém 44 % do total dos investimentos estrangeiros entrados em África.

³⁵ A obra de Samir Amin é por de mais conhecida para ser necessário referi-la aqui. Indica-se apenas que este autor publicará dois artigos inéditos em português no próximo número da revista *Episteme*-revista multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa (nº 7-8-9).

Em matéria de comércio internacional a situação não é melhor. Entre 1953 e 1998 a parte da África nas exportações mundiais passou de 6,5 % a 2,0 % e a sua parte nas importações mundiais de 7,0 % a 2,4 %³⁶.

As instituições internacionais – na primeira fila das quais o FMI e o Banco Mundial – propõem soluções que, se atendermos aos resultados obtidos até agora, o mínimo que se pode dizer é que não se mostraram adequadas. Conjuntamente com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a OCDE limitam-se (simplificando bastante) a propor o estabelecimento de regras de mercado segundo a óptica neoliberal já defendida no século XIX, que, no essencial, passa pela aplicação de rígidos “programas de ajustamento estrutural”, cuja unilateralidade o então Vice-Presidente do Banco Mundial e prémio Nobel da Economia, Joseph Stiglitz, censurou com alguma veemência em vários escritos³⁷ e, muito particularmente, num livro recentemente publicado³⁸, arrasador para as políticas económicas e financeiras impostas pelo FMI através dos seus famosos Planos de Ajustamento Estrutural. A verdade é que em cerca de 10 anos de aplicação, desde o célebre relatório Berg de 1981, tais programas estão longe de se terem revelado conformes às expectativas criadas por aquela instituição.

Apesar da acumulação de riqueza sem precedentes que teve lugar na economia mundial durante a última década, o desnível de desenvolvimento entre os países do Norte e os do Sul – em especial africanos - é hoje maior do que nunca, como é visível nas estatísticas internacionais e nos relatórios do PNUD. A maioria das populações dos países do Sul, em especial os povos africanos, mergulham num circuito planetário de miséria (E. Morin).

As razões desse fracasso têm, porém, de ser analisadas com alguma cautela quando se procuram “responsabilidades”. Elas não residem exclusivamente nem numa qualquer pretensa incapacidade “natural” da África, nem tão pouco numa espécie de “teoria da conspiração” internacional tão frequentemente evocada por certos políticos africanos. Sem me alongar, direi apenas que as responsabilidades, quer internas quer externas, não podem ser escamoteadas, recordando que se

³⁶ Cf. *Rapport Ramsès 2001*, Paris, 2000.

³⁷ Vd. Joseph Stiglitz, *More Instruments and Broader Goals: Making Toward the Post-Washington Consensus*, Internet/Banco Mundial, 1998; J. Stiglitz, “What I learned at the World Economic Crisis. The Insider”, *New Republic On Line*, Maio 2000; et também: Elsa Assidon, “Joseph Stiglitz: un regard hétérodoxe sur la crise asiatique”, *Alternatives Économiques*, Paris, 161, Julho 1998.

³⁸ Joseph E. Stiglitz, *Globalization and Its Discontents*, Norton, 2002.

estabelecermos uma comparação entre o processo africano e a evolução de muitos países asiáticos durante as quatro últimas décadas, com base em níveis de desenvolvimento comparáveis nos anos 60, esta revela justamente que uma análise unilateral das coisas (a “culpabilização” do ocidente como sendo o único responsável da crise africana) é amplamente insuficiente.

Do mesmo modo, o facto de cada um dos países africanos contar apenas com um ou dois produtos de exportação (cacau na Costa do Marfim, cobre na Zâmbia, etc.) como único meio de auferir receitas, ao mesmo tempo que esses produtos estão submetidos às flutuações aleatórias de bolsas internacionais sobre as quais os países do Sul não têm a menor influência – a par do já referido proteccionismo dos países industrializados às mercadorias dos países pobres – comprovando que as causas externas são um poderoso condicionante do desenvolvimento desses países seja qual for o seu comportamento em matéria de política económica...

Mas é na conjugação dos dois vectores que poderemos encontrar explicações sobre as causas da crise africana, não esquecendo porém que os factores internos, constantemente negligenciados pelas autoridades africanas³⁹, têm a sua quota-parte de responsabilidade. Escamotear esse facto, como demasiadas vezes tem sido tentado é uma falsidade prejudicial ao continente africano com a qual um jornalismo sério e bem informado não pode pactuar sem faltar à ética profissional e ao rigor que lhe é exigido.

Importa menos averiguar “*quem é responsável pelo quê?*”, do que clarificar as questões, emendar os erros e definir estratégias de “desenvolvimento”. Estas devem rejeitar uma concepção exclusivamente tecnicista alógena e desajustada das capacidades do país, contemplando todavia uma forte articulação entre as culturas e tradições nacionais e as contribuições – em especial científicas – que podem resultar da integração africana na mundialização em curso.

Se, no primeiro caso, a África optar por uma mera importação de modelos, sem iniciativa interna própria e ignorando o factor cultural tal como referi

³⁹ Basta pensar no *Plano de Acção de Lagos*, elaborado em 1980 pelos chefes de Estado e de Governo africanos que, embora excelentemente concebido, não era acompanhado de nenhuma regulamentação que pudesse levar os seus belos princípios a uma aplicação prática mínima e que, por isso e por falta de vontade política, ficou esquecido desde então. Relembra-se ainda que só em 1985, muito depois da publicação do Relatório Berg do Banco Mundial, que daria origem (ainda que me maneira enviesada) aos futuros “Planos de Ajustamento Estrutural”, o governos africanos reconheceram timidamente haver “alguma” responsabilidade própria nas dificuldades económicas e sociais atravessadas pelo continente.

anteriormente, nesse caso o “desenvolvimento” será encarado exclusivamente como um processo de equilíbrios macroeconómicos, à semelhança das velhas teorias do “crescimento” dos anos 50, continuando a dar livre curso a uma visão tecnocrática e tecno-científica tal como é aplicada pelo *Consenso de Washington* e alimentada pela crença que a Economia é uma ciência *positiva*.

A recusa das instituições internacionais em assumir a Economia como uma ciência *normativa* resulta da posição dominante de uma teoria que se explica antes de mais pela identificação do “*ideal-tipo*” neoclássico com o do imaginário moderno⁴⁰, “ideal-tipo” que se limita a esboçar em fim de contas uma sociedade a-histórica. Na verdade esta escolha conduz inevitavelmente a um impasse, na medida em que a tomada em conta do processo de transformação na longa duração (já que o tempo típico do desenvolvimento é a longa duração) obrigaria, pelo contrário, a integrar o tempo histórico e heterogéneo das ciências sociais. E esse tempo histórico não é de modo algum redutível ao tempo homogéneo e probabilista dos modelos-padrão⁴¹.

O tempo do desenvolvimento, desse desenvolvimento de que a África realmente precisa, é, ao invés, o tempo da emergência das organizações e da complexificação das relações, e supõe descontinuidades estruturais, dinâmicas de enquadramento e formas de regulação cuja necessidade não se compadece com a auto-suficiência dos automatismos de mercado, mesmo se o mercado é um elemento fundamental do sistema.

O desenvolvimento, concebido de maneira exclusivamente técnico-económica, é, a prazo, insustentável, como é ilusório o “fordismo periférico” que dele decorre. Como nota Edgar Morin, é preciso encontrar um significado mais rico do desenvolvimento, que não seja somente material mas também intelectual, afectivo, moral...

Para muitos autores o caminho trilhado até aqui pelo desenvolvimento criou mais problemas do que aqueles que resolveu. É por isso que os meios de comunicação são particularmente importantes em matéria de um conhecimento que debata estas questões essenciais para o continente. A acção dos jornalistas, favorecendo junto das

⁴⁰ A. Insel, “Une rigueur pour la forme: pourquoi la théorie néoclassique fascine-t-elle tant les économistes et comment s’en défendre?”, in: M.A.U.S.S., *Pourquoi une autre économie*, Paris, La Découverte, 1994

⁴¹ Philippe Hugon, “L’économie du développement, le temps et l’histoire”, *Revue Économique*, Paris, vol. 42, mars 1991.

populações essa tomada de consciência, é, ou pode ser, uma peça fundamental num processo que determinará o destino dos seus países.

Já temos elementos suficientes para julgar a alternativa tecnocrática e ultraliberal. A lógica dos “programas de ajustamento estrutural” sob a égide do FMI e do Banco Mundial⁴², comprovou, em termos sociais, culturais e mesmo estritamente económicos, a sua ineficiência...

Se, por outro lado, as estratégias de desenvolvimento forem articuladas com o parâmetro cultura tal como ficou definido, nada impede que sejam conciliados de maneira realista os interesses de mercado com os interesses colectivos.

Em resumo, o desenvolvimento não é um processo *tecnocrático*, segundo uma perspectiva positivista e descritiva, mas antes de mais *político*.

Basta lembrar que, apesar de tudo, o intercâmbio entre a África e o resto do mundo deu origem, durante estes anos, a apreciáveis fluxos de capitais nos dois sentidos, e a ajuda ao desenvolvimento – incluindo doações, empréstimos e investimentos, bem como o contributo dos Acordos de Lomé – se declinou, não deixa no entanto de ser apreciável. Se o desenvolvimento resultasse apenas de uma simples aritmética de capitais, da transposição de modelos e de ocasiões de investimento, os países africanos estariam hoje, provavelmente, num estágio de desenvolvimento menos dramático, ou mesmo aceitável. Sabemos que isso não aconteceu. Sem tirar importância aos factores económicos e financeiros, é óbvio que muitos outros ingredientes são indispensáveis para haver desenvolvimento.

A questão do regime democrático é outro problema de fundo que deverá merecer a atenção dos meios de comunicação e dos seus jornalistas, na medida em que reflecte a qualidade e eficiência do desenvolvimento. Não se está a falar da transposição mecanista de formas de organização ocidental, mas da adaptação às condições e tradições locais, de regras simples como as de transparência, rotatividade nos cargos, tolerância e livre crítica, nas quais o elemento de formação cívica é fulcral. Refiro-me como é evidente a uma situação de paz, condição *sine qua non* de tudo o resto.

⁴² O economista Zaki Laïdi escreve que o Banco Mundial “quer submeter o Terceiro Mundo às regras do mercado acreditando duro como ferro que a história e a geografia contam menos no destino dos países e dos povos do que as suas escolhas económicas. O liberalismo do Banco arvora a bandeira do menos Estado, da integração no mercado mundial e de uma nova partilha entre o

O papel do Estado deverá ser profundamente diferente do que foi durante anos. Isso não quer dizer que as ideologias que pretendem a sua “liquidação” em benefício de uma concepção mítica do mercado, não sejam igualmente irrealistas. O que é necessário, em especial em África, não é o enfraquecimento do Estado, e menos ainda o seu desaparecimento, mas a sua reorganização e prestígio.

Isso depende da formação e qualidade dos homens, já que o Estado não é uma entidade abstracta. O que é preciso recusar é um Estado hobbesiano tentacular e absurdo que, quando sem controlo, se pode transformar rapidamente, como já se viu em mais de uma ocasião, num instrumento de delírio patológico, de opressão e de abusos e até, em certas mãos (Idi Amin Dada, Bokassa, dirigentes do Rwanda na origem do genocídio de 1994) de delírio patológico..

Contrariamente a certos pessimismos (e afro-pessimismos) em voga, a democracia é possível numa África onde existem tradições e práticas antigas, como historiadores e antropólogos nos ensinam. Há pois lugar para um Estado democrático com regras de ética⁴³ e tolerância, cuja consolidação é tanto mais urgente quanto cresce o nível de exigência das populações em contacto com o exterior através dos meios de comunicação modernos⁴⁴.

Por outro lado, parece lógico defender que os alicerces do desenvolvimento deverão ser a *educação* (prioritariamente o ensino básico e profissional) e a *saúde* (cuidados primários antes de mais), sem os quais nenhuma construção durará. É certo que os recursos são escassos. Contudo não se trata de os consagrar por inteiro a esses sectores, mas tão somente reforçá-los significativamente, em contraste com a situação de abandono a que têm sido votados pelos governos ou negligenciados pelos programas de ajustamento estrutural de curto prazo. Aliás, muitas acções poderiam ser levadas a cabo sem acréscimo significativo de despesas, se houvesse vontade política e imaginação criativa para tal. O desenvolvimento não é apenas uma questão de recursos financeiros.

poder político e a riqueza económica”. Cf. Zaki Laïdi, *Enquête sur la Banque Mondiale*, Paris, Fayard, 1989.

⁴³ Não me refiro apenas a uma ética de senso comum, nem a uma ética como “ciências dos factos”, no dizer de Schlick (Moritz Schlick, *Questions d'Éthique*, Paris, PUF, 2000), mas a uma ética como problematização dos fins e respectiva subordinação das normas a esses fins.

⁴⁴ A opinião pública em África é muito mais informada do que se julga na Europa e os meios de comunicações mais modernos divulgam-se no continente. O lançamento há algum tempo de um satélite de comunicações africano está a dar um impulso a este sector.

A regionalização em espaços inter-nacionais é igualmente um capítulo de actuação indispensável para a maioria dos países africanos. A sua realização justifica-se por razões económicas evidentes – alargamento dos mercados, complementaridade de produções, etc. – mas é fortemente relevante no plano político como transição para o espaço económico e político mundial.

Enfim, parece também evidente que a estratégia de desenvolvimento *autocentrado*, que consistia em manter uma economia afastada dos circuitos comerciais internacionais – estratégia de substituição de importações, por exemplo - constituiu um fracasso tanto em África como na América Latina⁴⁵.

A abertura comercial que lhe sucedeu, sobretudo a partir dos anos 80, recolhe hoje a adesão da maioria dos países do Sul⁴⁶.

A solução de abertura é preferível ao isolamento proteccionista, mas também não se deve perder de vista que ela é mais um catalizador do que um verdadeiro motor do desenvolvimento⁴⁷, já que – simplificando um pouco - os resultados positivos dependem mais da diversificação da produção interna do que da abertura em si...

Acrescente-se ainda que a abertura económica não deixa de apresentar inúmeros perigos – sobretudo nos países em desenvolvimento mais pobres – que não podem ser passados em silêncio. Ela implica reestruturações dispendiosas e acarreta inúmeros efeitos perversos⁴⁸ (destruição de empregos, agravamento de desigualdades, sobre-exploração dos recursos naturais, etc.), que introduzem riscos acrescidos de desequilíbrio em economias e sociedades já muito fragilizadas...

Estas reservas aplicam-se com maior propriedade ainda à liberalização financeira. Estudos recentes demonstram que “a presunção largamente partilhada antes de 1997, segundo a qual a liberalização financeira é invariavelmente benéfica, já foi agora abandonada por quase todos os comentadores sérios”, escrevem John Eatwell e Lance Taylor. Estes autores acrescentam que a liberalização, tanto no longo prazo como à luz da crise financeira recorrente nos últimos trinta anos, tem provocado rupturas periódicas nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento. E

⁴⁵ Deixa-se de lado as múltiplas razões desse fracasso que não têm a ver apenas com o referido “afastamento”, mas não é possível desenvolver aqui tal problemática.

⁴⁶ Uma outra análise mostraria facilmente que a prática está longe de ter sido sempre fiel ao discurso.

⁴⁷ Cf. *Rapport Ramsès 2001*, op. cit., p. 67

⁴⁸ A questão dos “efeitos perversos” tem sido objecto de análises filosóficas estimulantes por parte de vários economistas. Lembra-se apenas Albert O. Hirschman, *The Reticence or Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*, 1991; F. Hayek, *Droit, Législation et Liberté*, Trad. fr., Paris, PUF, 1995, 3 vols; et André Gosselin, *La logique des effets pervers*, Paris, PUF, 1998.

se a “liberalização internacional trouxe alguns benefícios, estes ficam ensombrados pelos custos que acarretam”. Numa palavra, “os mercados liberais só são eficientes se forem eficientemente regulados”⁴⁹.

Para enfrentar estas dificuldades os Estados africanos procuram vários tipos de respostas.

Um tipo que podemos classificar, de maneira um pouco simplificada, de cariz essencialmente *económico*, como é o caso do recente acordo de Cotonou assinado entre os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e a União Europeia, o qual aponta, entre outros objectivos, para reformas internas, acento tónico posto nos mecanismos de mercado, cooperação intra-africana e integração regional. É certo que a sua dimensão não pretende atingir uma “unidade à escala continental” e é circunscrita nas metas a alcançar. Apesar de tudo, ou por isso mesmo, é realista e talvez exequível. Mas esta via será lenta e por etapas, do âmbito sub-regional ao regional e, eventualmente, deste ao continental.

Outra tentativa de solução é de índole mais ideológica, simbolizada na recente criação (em 2 de Março de 2001), sob a égide do Coronel Kadhafi, da Líbia, da nova União Africana que substituirá a velha Organização de Unidade Africana (OUA).

Tal como anteriormente no caso da OUA, as dificuldades dessa “unidade política” – nova versão do Panafricanismo que a União Africana pretende implementar - residem sobretudo nos intentos políticos de cada Estado, na metodologia adoptada e no calendário de execução de objectivos que se revelaram bem mais problemáticos do que se pensava em 1963 quando surgiu a OUA.

Mas se esta ideia da “unidade africana” é compreensível, tudo indica que ela é igualmente prematura como a experiência o demonstra, nada apontando para que surjam daí as verdadeiras soluções. O seu conteúdo é marcadamente voluntarista e ideológico, pelo que a maioria dos observadores olha esta nova União Africana com cepticismo por duas ordens de razões principais.

Em primeiro lugar, a iniciativa dá a impressão de pretender construir o edifício começando pelo telhado. Criou-se no papel uma arquitectura institucional, inspirada no modelo europeu, que inclui desde já: presidente, comissários, parlamento, tribunal de justiça, banco central africano e, a prazo, estabelecerá uma “moeda única”.

⁴⁹ Cf. John Eatwell and Lance Taylor, *Global Finance at Risk*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000: ix.

Se pensarmos que a Europa levou meio século a percorrer a tormentosa *via sacra* da Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA) à União Europeia (UE), tudo indica que o voluntarismo do coronel Kadhafi não tem futuro. Sem contar que as acções agora anunciadas provocam também alguma incomodidade em espíritos pouco crédulos, na medida em que a pretendida funcionalidade imediata de instituições e cargos já previstos, é, à primeira vista, menos óbvia do que o seu presumível resultado: distribuição de sinecuras aos fiéis...

Em segundo lugar, esta iniciativa promovida pelos petrodólares líbios, só poderia dar a Kadahfi um ascendente político, real ou aparente, sobre a África Subsaariana (ASS), o que é um objectivo ambíguo de destino incerto, tanto mais que, mesmo admitindo a hipótese (remota) da consolidação do seu papel de líder africano influente e credível, a reconversão “democrática” que lhe é exigida e que ele aparentemente assume, é pouco convincente. Sem ir mais longe, o apoio que tem dado a um “político” reconhecidamente culpado de genocídio como Charles Taylor (Libéria), eloquentemente denunciado, entre outros, pelo notável escritor da Costa do Marfim, Ahmadou Kourouma⁵⁰, é suficiente para tirar conclusões...

As *utopias* são legítimas e, a seu tempo, até necessárias. Mas só depois de acabar com os “senhores da guerra” e os conflitos que eles mesquinha e criminosamente geram; de salvar da morte mais de dez milhões de refugiados e deslocados em toda a África; de recuperar milhões de crianças que perderam a sua infância; de expulsar das suas terras a mafia europeia e médio-oriental que lhes rouba diamantes e lhes suga o sangue; de levar à prática políticas económicas viáveis; de instituir regimes realmente democráticos; de pôr fim à prepotência de políticos cuja carreira é inteiramente “devotada ao culto da mediocridade” (Manguelle, *op. cit.*), precisamente os mesmos a que outro africano, Béchir Ben Yahmed, fundador da revista *Jeune Afrique*, se referiu duramente quando disse em 1976 que os principais “subdesenvolvidos não são os povos, são os dirigentes”.

As soluções para o desenvolvimento não são, como já se disse, exclusivamente económicas. O camaronês Etounga Manguelle (*op. cit.*), que é, aliás, economista de formação, defende, com fortes argumentos, que elas são de índole essencialmente *cultural* (no sentido largo do termo), convicção que compartilho. Seja como for estamos perante uma problemática “*de complexidade*”, no dizer de Edgar Morin,

⁵⁰ *Allah n'est pas obligé*, Paris, Seuil, 2000

cujas dificuldades são de tal ordem que a sua abordagem requer uma humildade, pragmatismo e rigor intelectual que não se compadecem nem com “modelos” ilusórios nem com “leis” deterministas...

Em conclusão, o desenvolvimento, na acepção ampla da sua articulação com a cultura, é um processo repleto de *incertezas e interrogações*.

A realidade não é unidimensional e o conceito de “desenvolvimento” não pode ser enclausurado no económico *stricto sensu* e menos ainda no ideológico.

A postura tecnocrática de um *cientismo* que apenas encara um ponto de vista, que só aborda as causas materiais e que só acredita num “desenvolvimento” ilimitado à maneira de Rostow, esquece que essa perspectiva é apenas fruto da nossa civilização de hiper-especialização dos conhecimentos, de degradação concomitante da cultura geral e, afinal, de perda de aptidão a apreender os problemas fundamentais e globais⁵¹ ...

Pelos problemas rapidamente evocados sugerimos uma pequena amostra da imensa responsabilidade que espera os novos jornalistas africanos, chamados a travar, pela palavra ou pela escrita, batalhas incertas em favor do progresso dos seus países.

A sua tarefa fundadora é a luta pelo desenvolvimento, inseparável do contexto societal em que se projecta e da cultura onde mergulha as suas raízes. Esperemos que essa acção tenha o vigor e o humanismo de que a África realmente carece...

Adelino Torres

⁵¹ Cf. Edgar Morin & Samir Naïr, *Une politique de civilisation*, Paris, Arléa, 1997, p. 114